

Nº 47

Distribuição funcional da renda pré e pós crise internacional no Brasil

5 de maio de 2010

Comunicados do Ipea

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Apresentação¹

A crise internacional trouxe fortes impactos nas economias desde o último trimestre de 2008. Frente a isso, houve a convergência espontânea na adoção do receituário de políticas anticíclicas por grande parte dos governos, embora sem efeitos equivalentes em todo o mundo. Entre os países desenvolvidos, por exemplo, as políticas anticíclicas orientaram-se mais para a solvência de grande parte dos grupos econômicos (banco e empresas), enquanto nas demais nações houve maior convergência das medidas para a defesa da produção e do emprego, por meio de diversos programas de investimentos produtivos (infraestrutura, energia, entre outros) e de apoio ao emprego e à renda da população.

Com a recente recuperação da economia mundial, puxada, sobretudo pelos países não desenvolvidos, como China, Brasil e Índia, cabe analisar a situação da distribuição dos rendimentos, especialmente em relação à participação do rendimento do trabalho na renda nacional. Em função disso, o presente comunicado destaca o comportamento da distribuição da renda no Brasil antes e depois da crise internacional. Três são as partes constitutivas deste Comunicado:

- a seção 1 recupera a evolução de longo prazo da participação do rendimento do trabalho na renda nacional;
- a seção 2 descreve a desigualdade na repartição da renda nacional e pessoal antes e depois da crise internacional; e
- a seção 3 analisa os determinantes da repartição funcional da renda antes e depois da crise internacional.

O conjunto de informações sistematizadas deriva do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), especialmente as pesquisas relativas às Contas Nacionais anuais e trimestrais e à Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Para a medida de desigualdade pessoal da renda foi adotado o índice de Gini, que varia de zero a um (sendo maior a desigualdade quanto mais próximo de um), e para a desigualdade na distribuição funcional da renda privilegia-se a participação do rendimento do trabalho (ocupados e transferência de renda) no Produto Interno Bruto a preço de mercado.

1 – Trajetória de longo prazo da distribuição funcional da renda

Na distribuição da renda nacional entre detentores do rendimento da propriedade (lucro, juros, alugueis, renda da terra, entre outras) e do trabalho pode-se constatar que desde a década de 1960 a participação do rendimento do trabalho na renda nacional apresentou trajetória decrescente. No biênio 1999/2000, por exemplo, o peso do rendimento do trabalho representou apenas 40% da renda nacional, enquanto no biênio 1959/60 era de 56,6%.

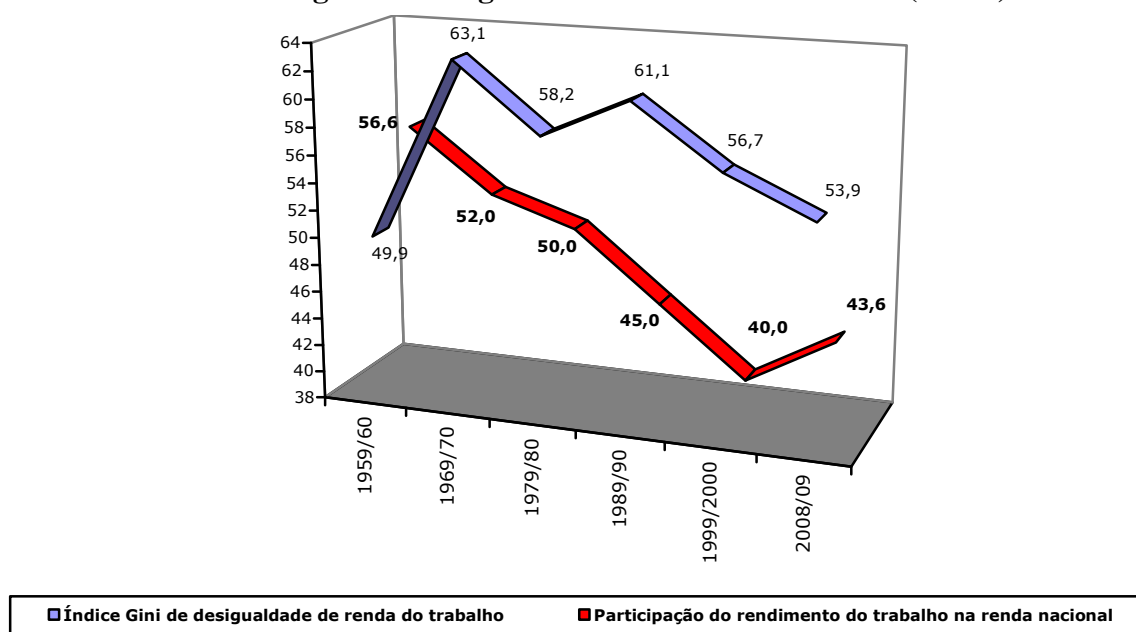
A queda de 29,3% na participação do rendimento do trabalho na renda nacional entre 1959/60 e 1999/2000 foi mais intensa durante a década de 1990, seguida dos anos 1980. Em especial, as duas últimas décadas do século 20 foram as de menor

¹ O comunicado contou com a assistência e colaboração de: Miguel Bruno, Renault Michel, Milko Matijascic, Guilherme Dias, Daniel Castro, Douglas Portari; James Richard Silva; Thiago Martinez, Sandro de Carvalho, Tarcila Landin, Gabriela Gerin e Denise Gentil.

ritmo de expansão econômica do século XX, além de serem acompanhadas de altas taxa de inflação e desajustes nas finanças públicas.

Em contrapartida, registra-se que a expansão dos rendimentos dos proprietários em relação à renda nacional foi também seguida pela elevação no grau de desigualdade na repartição da renda pessoal. O índice de Gini passou de 49,9, em 1960, para 56,7, no biênio 1999/2000, registrando aumento de 13,6%. Apesar da trajetória de redução do peso do rendimento do trabalho na renda nacional, constata-se que o índice de Gini sofreu redução nas décadas de 1970 (7,8%) e de 1990 (7,2%).

Gráfico 01: Brasil – evolução da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e do grau de desigualdade em anos selecionados (em %)



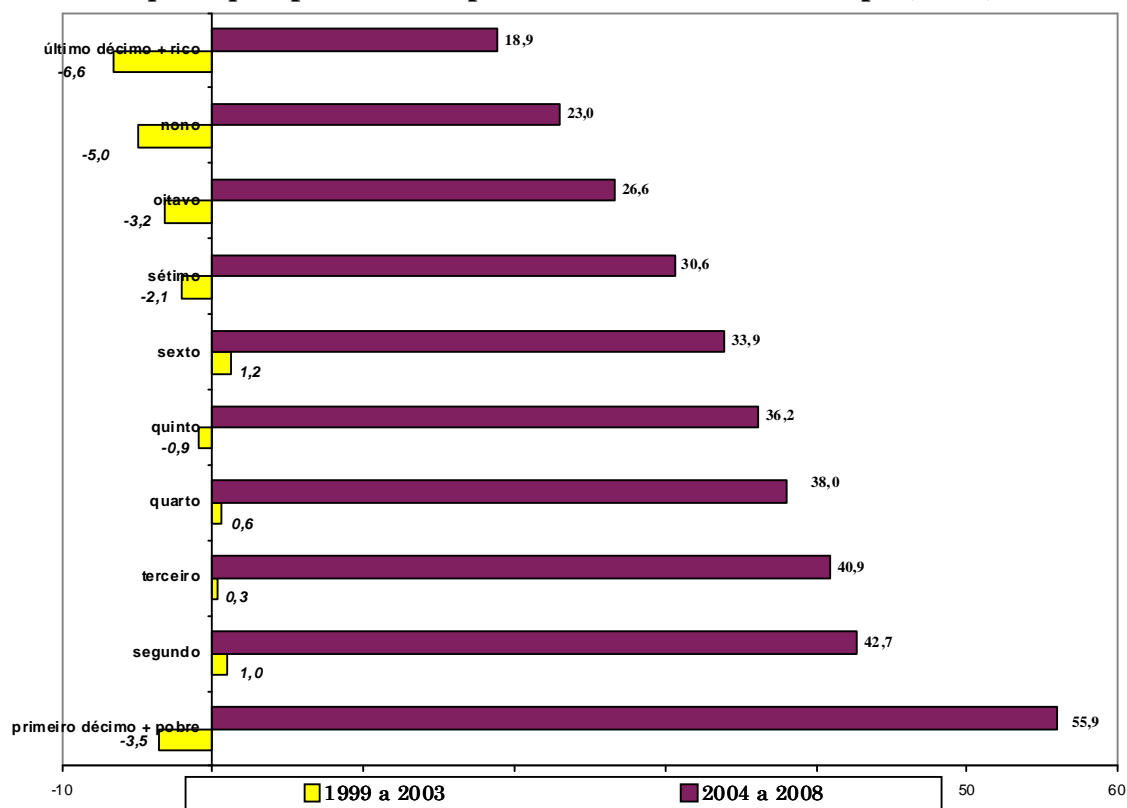
Fonte: IBGE – Contas Nacionais (elaboração Ipea)

Na primeira década do século XXI, contudo, o Brasil apresenta uma marcha distinta da verificada durante os últimos 50 anos, combinando positivamente a redução no grau de desigualdade na distribuição da renda pessoal (queda do Gini) com a elevação da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional. No biênio 2008/09, por exemplo, o peso do trabalho na renda nacional aumentou 9,5% em relação aos anos 1999/2000, pois passou de 40% para 43,6%.

Nesse mesmo período de tempo, o índice de Gini decresceu 4,9% (de 56,7% para 53,9%). Em síntese, o Brasil encontra-se num momento especial do contexto geral de enfrentamento da desigualdade de renda (pessoal e funcional), com movimento favorável aos portadores de rendimentos do trabalho, sobretudo para aqueles com menor remuneração.

Isso pode ser observado no período mais recente, uma vez que anteriormente poucos decis da distribuição pessoal da renda apresentavam elevação no rendimento médio real, como no caso de 1999/2003 com ganhos reais somente para o segundo, terceiro, quarto e sexto decis. Dessa forma, a queda no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda ocorria em função da diminuição mais acentuada no poder de compra do rendimento médio *per capita* familiar dos maiores estratos de renda em relação aos menores.

Gráfico 02: Brasil - variação real acumulada do rendimento médio mensal familiar *per capita* por decil em períodos seleccionados de tempo (em%)



Fonte: IBGE - PNAD (elaboração Ipea)

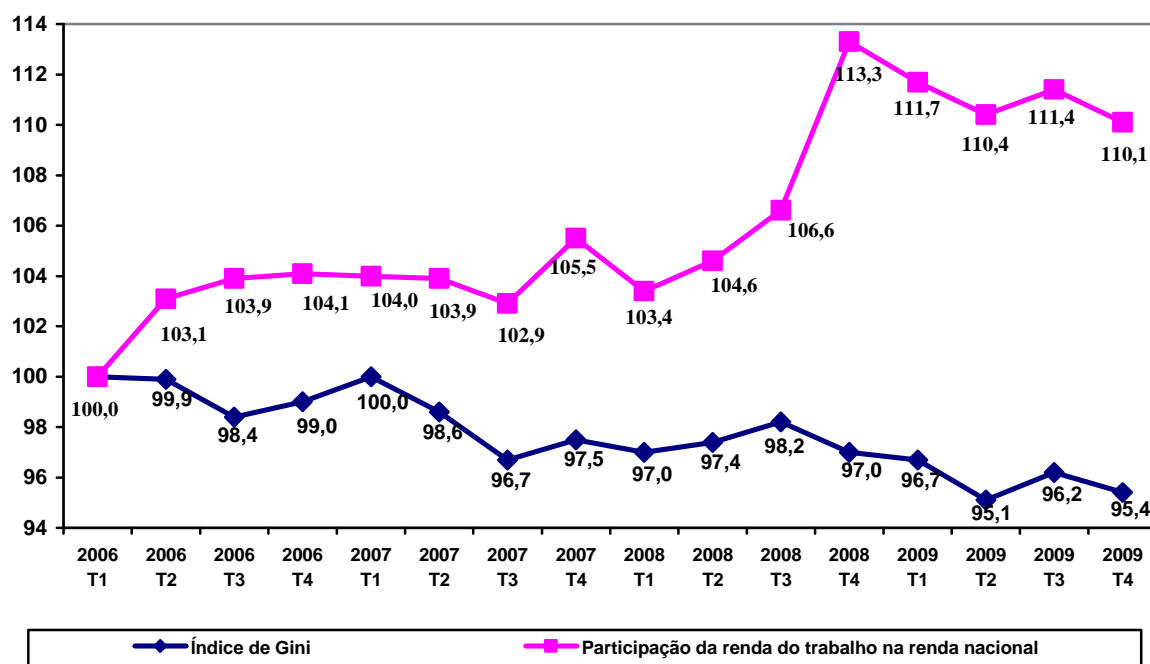
No período mais recente (2004/2008), o rendimento médio real familiar *per capita* de todos os decis da distribuição pessoal da renda sofreu aumento em seu poder aquisitivo. A expansão dos menores rendimentos se mostrou muito mais rápida que nos demais segmentos de renda da população e, ainda, bem superior ao verificado anteriormente. Somente para o primeiro decil mais pobre da população, o crescimento real acumulado do rendimento médio (55,9%) foi multiplicado por quase três vezes em relação ao do último decil (18,9%), entre 2004 e 2008, enquanto no período imediatamente passado (1999/2003), a variação negativa (-3,5%) do rendimento médio real dos 10% mais pobres foi 47% inferior ao decréscimo do rendimento médio dos 10% mais ricos (-6,6%).

2 – Distribuição funcional e pessoal da renda antes e depois da crise internacional

Frente à grave contaminação da economia brasileira pela crise internacional no final de 2008, tornou-se necessário avaliar se a positiva trajetória anterior de redução da desigualdade na distribuição funcional e pessoal da renda teria sido interrompida. De acordo com os dados primários gerados pelo IBGE, o rendimento do trabalho na renda nacional seguiu aumentando a sua participação relativa, mesmo durante a manifestação da crise internacional desde o último trimestre de 2008.

Na passagem do último trimestre de 2008 para o primeiro de 2009, por exemplo, percebe-se que a participação do rendimento do trabalho na renda nacional sofreu uma forte elevação (6,3%), para depois registrar leve movimento de acomodação decrescente. Também no que diz respeito à distribuição pessoal da renda verifica-se a persistência do movimento de continuidade na queda no grau de desigualdade. O índice de Gini para as seis principais regiões metropolitanas do País caiu, por exemplo, 1,8% entre o último trimestre de 2008 e o último trimestre de 2009.

Gráfico 03: Brasil - evolução do índice da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (distribuição funcional) e da desigualdade (Gini) da repartição da renda pessoal do trabalho nas regiões metropolitanas (distribuição pessoal) (1º tri/2006 = 100)



Fonte: IBGE- CN Trimestral e PME (elaboração Ipea)

Em síntese, percebe-se que o evento da crise internacional terminou estimulando no Brasil a adoção de importantes medidas de defesa da produção e do emprego nacional, o que permitiu evitar inflexão imediata na trajetória de queda no grau de desigualdade na distribuição funcional e pessoal da renda. Tanto assim que o rendimento do trabalho continuou a recuperar a sua participação relativa na renda nacional, enquanto o índice de Gini seguiu a tendência de queda.

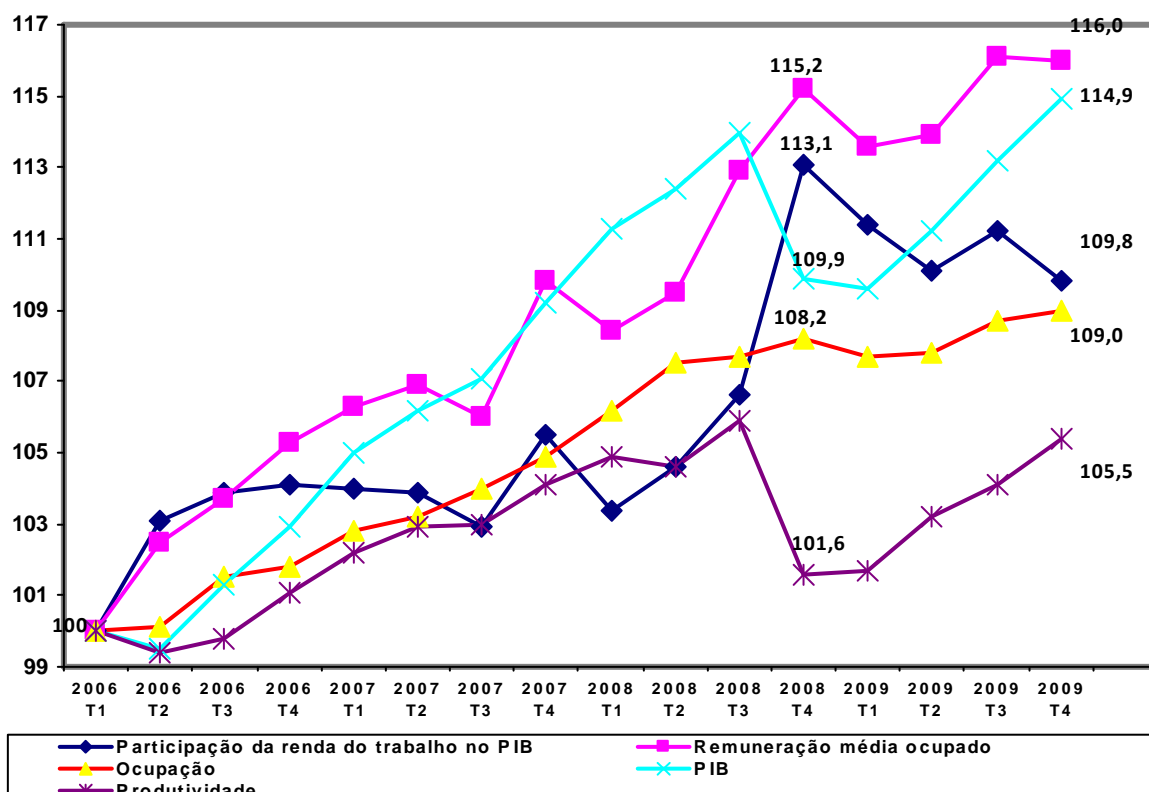
A partir do primeiro trimestre de 2009, contudo, o peso do rendimento do trabalho na renda nacional não se manteve em alta. Pelo contrário, começou a regredir.

3 – Componentes da determinação recente da repartição funcional da renda nacional

O último trimestre de 2008, com a contaminação da economia nacional pela crise internacional, alterou profundamente a trajetória dos quatro principais determinantes da participação relativa do rendimento do trabalho na renda nacional.

(rendimento médio real dos ocupados, nível de ocupação da força de trabalho, produtividade do trabalho e PIB)². Entre o primeiro trimestre de 2006 e o terceiro trimestre de 2008, por exemplo, houve trajetória positiva no comportamento do Produto Interno Bruto, na produtividade, na remuneração média dos ocupados e no nível de ocupação. Com a expansão de 14% no PIB, 7,7% na ocupação, 12,9% na remuneração média real e 5,9% na produtividade do trabalho, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional cresceu 6,6% no mesmo período de tempo.

Gráfico 04: Brasil - evolução dos determinantes da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (Índice do 1º tri/2006 = 100)



Fonte: IBGE- CN Trimestral e PME (elaboração Ipea)

Mas no quarto trimestre de 2008, em relação ao trimestre imediatamente anterior, percebe-se que na crise internacional houve comportamento distinto entre os componentes determinantes da distribuição funcional da renda no Brasil. Paralelamente à queda de 3,6% no PIB e 4,1% na produtividade do trabalho, houve aumento de 2% na remuneração média real e 0,5% no nível de ocupação da mão de obra, permitindo o salto de 6,1% na participação do rendimento do trabalho na renda nacional.

Esse comportamento dos determinantes da distribuição funcional da renda no último trimestre de 2008 não se manteve ao longo de 2009. Do primeiro ao último trimestre do ano passado, a PIB voltou a se recuperar (4,5%), assim como a produtividade (3,8%). Como a remuneração média real e o nível de ocupação cresceram (0,7%) bem menos que o PIB e a produtividade, a participação do rendimento do

² A participação do rendimento do trabalho na renda nacional = a variação do rendimento médio real + a variação da ocupação – a variação do PIB ou a variação do rendimento médio real – a variação da produtividade.

trabalho na renda nacional regrediu 2,9%. No entanto, o último trimestre de 2009 foi 3% acima do terceiro trimestre de 2008.

Em função disso, nota-se que o movimento de recuperação da economia brasileira após a contaminação pela crise internacional transcorre fundado na forte elevação da produtividade do trabalho, sem acompanhamento, no mesmo ritmo, do aumento real do rendimento do trabalho e do nível de ocupação. Nesse contexto, a saída pós-crise internacional no Brasil tem favorecido mais os rendimentos dos detentores de propriedade (lucro, juros, renda da terra e alugueis). A consequência direta tem sido a redução relativa da participação do rendimento do trabalho na renda nacional.

Considerações finais

Percebe-se que a positiva e recente combinação do crescimento econômico mais acelerado com o reforço das políticas públicas distributivas manteve a trajetória de redução no grau de desigualdade na distribuição funcional e pessoal da renda. Com isso, mesmo com a crise internacional que contaminou desfavoravelmente a economia brasileira no último trimestre de 2008, não houve registro de inflexão na marcha de elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, tampouco no comportamento de queda do índice de Gini.

Mas há sinais que diferenciam a situação da distribuição funcional da renda durante a contaminação da crise internacional entre o final de 2008 e começo de 2009 e no movimento de recuperação econômica a partir do segundo trimestre do ano passado. No imediato momento de manifestação da crise internacional, a adoção de políticas anticíclicas se mostrou mais favorável à elevação do rendimento do trabalho na renda nacional.

Todavia, a trajetória de recuperação da economia brasileira, ancorada na elevação do PIB e da produtividade, vem se mostrando menos favorável ao rendimento do trabalho. Pelo contrário, crescem mais rapidamente os rendimentos dos proprietários, o que tem imposto a regressão na participação do trabalho na renda nacional. Isso, contudo, ainda não comprometeu a trajetória de redução da desigualdade na repartição pessoal da renda, medida pelo índice de Gini.

GLOSSÁRIO

CN – Contas Nacionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República

